



INSTRUÇÃO NORMATIVA 05/2025

REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES, A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, NOS TERMOS DA LEI ESTADUAL Nº 17.568/2013, NORMATIZADA PELA RESOLUÇÃO Nº 777/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente Normativa estabelece diretrizes, critérios, responsabilidades e procedimentos para a oferta, execução, controle e uso do Transporte Escolar no âmbito do Município de Coronel Domingos Soares, garantindo segurança, qualidade e regularidade no deslocamento dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º O Transporte Escolar tem como objetivo assegurar o acesso e a permanência dos estudantes às unidades educacionais, especialmente aqueles residentes na zona rural, em áreas distantes ou com dificuldades de acesso.

Art. 3º O serviço de transporte escolar será oferecido de forma gratuita aos alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino e, mediante disponibilidade, poderá atender estudantes da Rede Estadual conforme convênio vigente.

Art. 4º O transporte será executado por veículos próprios do Município e/ou por empresas terceirizadas contratadas por processo licitatório, obedecendo às legislações federal, estadual e municipal aplicáveis.

CAPÍTULO II – DOS DIREITOS DOS ESTUDANTES

Art. 5º São direitos dos estudantes usuários do transporte escolar:

- I – Ser transportado com segurança, conforto e regularidade no trajeto residência/escola/residência;
- II – Utilizar veículos em boas condições de manutenção, higiene e conservação;
- III – Ser conduzido por motorista devidamente habilitado e capacitado;
- IV – Ter assegurada a pontualidade no serviço, salvo situações excepcionais;
- V – Ser tratado com respeito e cordialidade pelos profissionais envolvidos;
- VI – Ter garantido o atendimento conforme rota previamente definida e aprovada pelo Departamento de Educação.

CAPÍTULO III – DOS DEVERES DOS ESTUDANTES

Art. 6º São deveres dos estudantes usuários do transporte escolar:



- I – Respeitar o motorista, monitor (quando houver) e demais profissionais;
- II – Utilizar o transporte apenas nos horários e rotas definidas;
- III – Manter comportamento adequado durante todo o trajeto, preservando a segurança própria e dos demais;
- IV – Zelar pela conservação do veículo, abstendo-se de causar danos ou depredações;
- V – Permanecer sentado durante a viagem e usar o cinto de segurança sempre que disponível;
- VI – Embarcar e desembarcar somente nos pontos autorizados;
- VII – Não transportar objetos perigosos ou proibidos.

Parágrafo único. O descumprimento das normas poderá resultar em advertência, suspensão temporária ou, em casos graves, perda do direito ao transporte escolar, mediante análise do Departamento de Educação.

CAPÍTULO IV – DOS DEVERES DO MUNICÍPIO E OPERADORES

Art. 7º Compete ao Município, por meio do Departamento de Educação:

- I – Planejar, organizar e supervisionar o serviço de transporte escolar;
- II – Definir rotas, itinerários, horários e pontos de embarque e desembarque;
- III – Fiscalizar a execução do serviço, garantindo o cumprimento dos requisitos legais;
- IV – Capacitar motoristas e monitores periodicamente;
- V – Assegurar que todos os veículos atendam às normas do CONTRAN e demais legislações;
- VI – Manter registro atualizado dos estudantes beneficiados.

Art. 8º Compete às empresas contratadas e motoristas:

- I – Cumprir rigorosamente os itinerários e horários estabelecidos;
- II – Garantir a manutenção preventiva e corretiva dos veículos;
- III – Conduzir o veículo de forma segura, responsável e prudente;
- IV – Registrar ocorrências e comunicar imediatamente ao Departamento de Educação;
- V – Manter documentação do veículo e habilitação atualizadas.
- VI- É de competência do motorista prestador de serviço de transporte cumprir e fazer cumprir as normas de conduta, garantindo o respeito e a segurança de todos os usuários. O profissional deve zelar pelo bom andamento do serviço, mantendo postura ética, cordialidade, atenção às necessidades dos passageiros, bem como adotando medidas que assegurem a integridade física, o conforto e o atendimento adequado durante todo o deslocamento.
- VII- O prestador que não cumprir rigorosamente estes critérios poderá perder o direito à continuidade da prestação do serviço, ficando sujeito às sanções administrativas cabíveis, incluindo advertência, suspensão ou rescisão contratual, conforme a gravidade da infração e as disposições legais e regulamentares vigentes.

CAPÍTULO V – DOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR



Art. 9º Todos os veículos utilizados no transporte escolar deverão:

- I – Estar devidamente licenciados e identificados conforme legislação vigente;
- II – Passar por inspeções periódicas de segurança;
- III – Possuir equipamentos obrigatórios, incluindo tacógrafo, extintor, kits de primeiros socorros e cinto de segurança;
- IV – Apresentar condições adequadas de higiene, ergonomia e segurança.

CAPÍTULO VI – DOS MONITORES

Art. 10. Quando necessário, o serviço contará com monitores, conforme avaliação técnica e disponibilidade do setor responsável, competindo a esses profissionais cabendo a eles:

- I – Auxiliar no embarque e desembarque dos estudantes;
- II – Garantir a organização e disciplina dentro do veículo;
- III – Acompanhar alunos com necessidades específicas;
- IV – Informar ao motorista e ao Departamento de Educação qualquer irregularidade.

CAPÍTULO VII – DAS ROTAS E HORÁRIOS

Art. 11. As rotas serão planejadas pelo Departamento de Educação, considerando:

- I – Localização da residência dos estudantes;
- II – Distância até a unidade escolar;
- III – Condições das vias;
- IV – Tempo máximo de trajeto adequado para estudantes.

Parágrafo único. Alterações de rotas dependerão de avaliação técnica e autorização formal.

CAPÍTULO VIII – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 12. Consideram-se infrações dos usuários:

- I – Danificar o veículo ou equipamentos;
- II – Ato de violência, agressão física ou verbal;
- III – Desobediência às orientações do motorista ou monitor;
- IV – Comportamentos que coloquem em risco o transporte.

Art. 13. As penalidades poderão ser:

- I – Advertência verbal;
- II – Advertência escrita aos responsáveis;
- III – Suspensão temporária;
- IV – Desligamento do transporte.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**
ESTADO DO PARANÁ



CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Educação.

Art. 15. Esta Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Coronel Domingos Soares 21 de Junho de 2025

Cristiane das Graças Machado Pires
Diretora do Departamento de Educação
Portaria 022/2025